

A violência de gênero na perspectiva da metodologia do imaginário: análise experimental a partir de relatos de mulheres vítimas de violência

Gender Violence from the Perspective of the Methodology of Imaginary: Experimental Analysis Based on Reports of Women Victims of Violence

Suelen Gotardo¹

DOI: 10.19177/memorare.v8e22021161-175

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a violência de gênero na perspectiva metodológica da Análise Discursiva de Imaginários (SILVA, 2019) e das Tecnologias do Imaginário (SILVA, 2006), utilizando como objeto empírico cinco relatos de mulheres vítimas de violência dispostos no site da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Experimenta-se com isso transitar por universos imaginais e refletir sobre diferentes instrumentos que promovem o debate sobre a violência de gênero. Para refletir sobre as questões do imaginário, foi utilizado o aporte teórico de Juremir Machado da Silva. Para as contextualizações acerca da violência de gênero, contou-se com as contribuições de Heleieth Saffioti e Sueli Carneiro. A metodologia do imaginário abre caminhos alternativos e, algumas vezes, velados, mas que neste trabalho apontaram encontros possíveis para falar sobre as expressões da violência, pela ótica da comunicação e do imaginário.

Palavras-chave: Comunicação. Análise Discursiva de Imaginários. Tecnologias do Imaginário.

Abstract: This paper aims to analyze gender violence from the methodological perspective of the Discourse Analysis of Imaginaries (SILVA, 2019) and the Technologies of the Imaginary (SILVA, 2006), using as empirical object five reports of women victims of violence displayed on the website of the Department of Justice, Citizenship and Human Rights of Rio Grande do Sul. The proposal is to transit through imaginal universes and reflect on different instruments that promote the debate on gender violence. To reflect on the issues of the imaginary, the theoretical contribution of Juremir Machado da Silva was used. For the contextualizations about gender violence, the contributions of Heleieth Saffioti and Sueli Carneiro were counted. The methodology of the imaginary opens up alternative and sometimes veiled paths, but in this work they pointed out possible encounters to talk about the expressions of violence, from the perspective of communication and imaginary.

Keywords: Communication. Discursive Analysis of Imaginaries. Technologies of the Imaginary.

¹ Relações Públicas, doutoranda em Comunicação Social pela Famesoc/ PPGCOM /PUCRS, na linha de pesquisa Práticas e Culturas na Comunicação, Cultura e tecnologias das imagens e dos imaginários sob orientação de Dra. Juliana Tonin. Mestra em Comunicação Social pela Famesoc/ PPGCOM /PUCRS na área Práticas e Culturas da Comunicação sob orientação de Juremir Machado da Silva (2021). Graduada em Relações Públicas pelo Centro Universitário Ritter dos Reis. suegotardo@gmail.com

1 Introdução

Quantas vozes são caladas no Brasil? Vozes, que, na maioria das vezes, são de mulheres. As mais veladas são de crianças e adolescentes, especialmente do gênero feminino, quando vítimas de violência. Mulheres negras representam 58% das ligações ao canal de denúncias Disque 180, Central de Atendimento às Mulheres. Mas que país ainda é este?

É assim que iniciamos esta discussão, que analisa a violência de gênero em um estudo da comunicação, através de um exercício experimental na perspectiva da Análise Discursiva de Imaginários (ADI) e pelas Tecnologias do Imaginário (TI), ambas propostas pelo pesquisador e professor Juremir Machado da Silva (2019; 2006).

O *corpus* deste trabalho pré-analisou 20 breves relatos que estão dispostos no *site* da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul de forma pública e anônima. Após identificar semelhanças entre os materiais, foi possível realizar um agrupamento a partir de situações e experiências relatadas e, assim, selecionar cinco desses relatos, que são utilizados neste trabalho como objeto empírico.

Pensamos nestes relatos como ferramenta e estratégias para o debate sobre a violência de gênero, uma vez que se tornam instrumentos midiáticos e são utilizados para divulgar a experiência de algumas pessoas, no sentido de mobilizar mudanças nas experiências de outras, que podem, assim, se identificar. Ou seja, um objeto que alimenta as Tecnologias do Imaginário (SILVA, 2006).

Mas o que são essas tecnologias do imaginário? Silva (2006, p. 47) explica que “[...] as tecnologias do imaginário são dispositivos de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador desses indivíduos ou grupos”. Logo, esses relatos, públicos e disponíveis digitalmente, transitam no imaginário coletivo. Em outras palavras, comunicam, expressam e falam.

A compreensão de relato utilizada neste artigo é como um importante instrumento de pesquisa, de exploração e de coleta de material, já que comunica duplamente. Na primeira acepção, transcrevendo uma situação de violência vivida; na segunda, propagando expressões de violência, orientando outras mulheres em situações similares.

Por essa ótica, resgatamos, em Silva (2006), a classificação desses instrumentos que engendram a dinâmica social como tecnologias do imaginário. Já o exercício metodológico da Análise Discursiva de Imaginários nos permitiu nomear certas mentalidades encontradas nos relatos.

Já a partir dos dois caminhos metodológicos, foi possível pensar no relato enquanto instrumento metodológico, como em um encontro *imaginal* entre pessoas que já passaram por situações de violência e outras que leem seus relatos, identificando-se, ou não, com o caso relatado.

Destaca-se também que este artigo é uma aproximação dos temas circunscritos na tese intitulada, provisoriamente, “A mídia e as expressões de violência na infância: um olhar sobre os instrumentos de cristalização do imaginário do feminino”, no sentido de explorar, de

forma embrionária, a temática, tanto do ponto de vista teórico como do metodológico.

2 O eco do imaginário: comunicação e tecnologias

Relatos são histórias. Desde o primórdio das civilizações, a oralidade desempenha um importante papel na sociedade enquanto propagação da mensagem e também de experiências. Nesse sentido, Queiroz (1988, p. 16) explica que

o relato oral está na base da obtenção de toda sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam.

Assim, entendemos que o relato, neste trabalho, possui um valor simbólico, maciço e potente, que possibilita às outras pessoas perceberem as situações de violência. Nesse sentido, comunica.

Contudo, parafraseando Martino (2003), de qual comunicação estamos falando quando trazemos à cena tais relatos? “O termo comunicação refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência”, explica o autor (2003, p. 14). Ele compreende a comunicação como um termo polissêmico, capaz de coincidir, “[...] num primeiro momento, com o próprio estudo do Ser, o que nos leva a refletir sobre um campo de extensão máxima” (2003, p. 20).

Assim, entende-se que esses relatos ocupam um lugar no espaço do comunicar, e, neste trabalho, mergulharemos em uma análise experimental para falar sobre a violência de gênero na perspectiva do imaginário, através do olhar da comunicação, já que, conforme comenta Silva (2019, p. 15): “[...] as palavras podem esconder mundos. A comunicação pode encobrir”.

É necessário olhar para o relato além das palavras e de seu discurso, uma vez que, “[...] a análise é um caminho e um modo de desvelamento”, diz Silva (2019, p. 94). O autor ainda comenta que “[...] os discursos são reservatórios de sentidos”, logo, “[...] uma fala é um discurso” (2019, p. 99). Relato é um discurso? Não podemos, contudo, responder este questionamento, já que entendemos e legitimamos que “[...] a essência do discurso não é discursiva, mas de imaginário” (2019, p. 100).

Silva (2019, p. 99) diz que existem diversos tipos de discurso, dentre eles, “persuasivos, sedutores, descritivos, judicativos, propositivos, desconstrutivos”. Para ele, “[...] esses discursos formalizados como expressões apresentam mensagens explícitas e formulações implícitas ou dissimuladas” (2019, p. 99). São como reservatórios de sentidos e significados, que se tornam férteis caminhos para perceber o imaginário.

Sobre o conceito de imaginário tratado neste trabalho, apresentamos

O imaginário é excesso ou excedente de significado, aquilo que inconscientemente dá sentido a alguma coisa ou alguma vivência. Esse excesso mobiliza. É reservatório de sentidos e motor de ações. Ele não se dá a ver imediatamente. Está sempre por trás de discursos. Por imaginário deve-se entender aqui uma narrativa inconsciente ou uma ficção subjetiva

vivida como realidade objetiva cuja formação ou cristalização permanece encoberta exigindo um desencobrimento (SILVA, 2019, p. 97).

O imaginário, nesse sentido, é o excedente que transforma e mobiliza. Contudo, como previne o autor, pode se encontrar velado, escondido, calado.

Assim, tomamos as compreensões sobre o imaginário pela ótica de Silva (2017), que propõe a hipótese do excedente da significação: “O imaginário é um excesso, algo que se acrescenta ao real”, diz ele (2017, p. 24). Vivemos o real a partir do imaginário, já que, como explica o autor, é o responsável por garantir significados. Como seria a vida sem o imaginário? Uma vida sem sentido, sem passado ou lembranças. Um objeto seria apenas um objeto. Nada a falar, a contar, a exceder, a tocar. Em outra ocasião, nos perguntamos: “O que é imaginário para mim? O que é imaginário para você?” (GOTARDO, 2021, p. 49). Para responder a uma pergunta sem resposta, ou com muitas respostas, percorremos metáforas para criar a própria, de significado e excesso, respectivamente.

Mas se imaginário dá sentido a tudo, como percorrer um caminho metodológico a partir dele? Na perspectiva das Tecnologias do Imaginário, Silva (2017, p. 24) garante: “Não há garantia de que vá funcionar e não se pode planejar a operação em todas as suas etapas, mas se pode produzir situações com alto potencial de geração de excessos capazes de formar imaginários. É o que fazem as tecnologias do imaginário”. Formam imaginários. E que imaginários os relatos poderiam formar-informar? Ou ainda, que situações os percursos metodológicos, a partir do imaginário, poderiam proporcionar? Relatos, objetos empíricos, reais e à mercê das tecnologias do imaginário.

3 As tecnologias do imaginário para falar sobre a violência

De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, violência doméstica e familiar contra as mulheres significa “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial²”. O avanço consagrado a partir da instituição da lei foi um marco no combate à violência de gênero. Mais adiante, em 2015, foi sancionada a Lei do Feminicídio, 13.104/15³, que enquadra o assassinato de mulheres simplesmente pela sua condição feminina.

Mas a realidade ainda apresenta índices altos de violência contra a mulher. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2021, p. 57) destacam que “mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida”. O caso se agrava quando identificamos que “muitos dos perpetradores são parceiros íntimos, responsáveis por 38% dos assassinatos de mulheres”, comentam as autoras (2021, p. 57).

Já Bonamigo (2008) diz que o termo violência, originado do latim *violentia*, está naturalizado na sociedade. “Longe de ser uma expressão neutra ou descritiva, ela está carregada de valores negativos ou

² Para a leitura da lei, sugere-se: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

³ Para mais informações sugere-se a leitura: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-norma-pl.html>>

positivos, vinculados à ideia de transgressão”, explica a autora (2008, p. 205).

Já Misse (1999, p. 38) destaca que é necessário olhar para a expressão violência comportando múltiplos significados, pois “[...] não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades”.

Violência doméstica tem sido, então, uma expressão utilizada para abordar as diferentes situações de violência contra a mulher. Mas se o gênero possui uma carga expressiva em relação à violência doméstica, é necessário pesquisar também as suas raízes e entender como ela está estruturada na sociedade.

Saffioti (2015, p. 126) conceitua gênero como “a construção social do masculino e do feminino”. Nesse sentido, a sociedade vai esculpindo o estereótipo de menino e menina, principalmente por meio das suas relações de poder, ferramenta importante do patriarcado. Matos (2015, p. 68) lembra que “[...] as culturas e sociedades são dinâmicas e se transformam, e com o passar do tempo ocorrem muitas mudanças no conjunto de regras e valores que as organizam”. Logo, compreendemos que esse fator está diretamente ligado às estruturas simbólicas que se formam e estruturam as sociedades.

Os relatos de violência doméstica utilizados neste trabalho partem do Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRM RS), vinculado à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. O local serve como porta de entrada e é responsável por acolher as mulheres vítimas de violência doméstica e por prestar o primeiro atendimento antes de serem encaminhadas às redes de proteção. Além disso, dispõe de números de apoio e também de denúncia⁴.

Para este trabalho, utilizaremos relatos que contam situações e expressões de violência vividas ao longo dos anos por mulheres. Percebemos que, analisando preliminarmente todos os relatos dispostos no *site*, há características semelhantes entre si, sendo possível realizar agrupamentos das situações relatadas. Portanto, elegemos cinco dos 20 relatos, como forma de contemplar as diferentes expressões de violência. Ainda, para melhor organização, esses relatos estão nomeados e identificados como: relato 1, relato 2 e assim por diante.

A comunicação da vítima com o CRM se dá pelo telefone (0800 541 0803) através do canal de denúncia Telefone Lilás⁵. Os relatos são transcritos pelas profissionais que atuam no local, respeitando o conteúdo original do texto. Assim, este é o primeiro contato da vítima com a equipe de proteção à mulher, e os relatos se tratam dos primeiros discursos das mulheres antes das orientações e encaminhamentos.

Esse material, exposto digitalmente, não identifica as mulheres vítimas de violência, porém fornece pistas às pessoas sobre as situações de violência e serve de alerta, no caso de alguém vivenciar casos similares. Nesse sentido, ao olhar das Tecnologias do Imaginário, podem

⁴ Caso esteja passando por uma situação de violência, ligue para o Disque 180 ou procure a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) mais próxima.

⁵ O Telefone Lilás é um serviço de atendimento gratuito às mulheres em situação de violência. Esse serviço acolhe, escuta e atua como porta de entrada à rede de atendimento do município onde a mulher reside. Informações disponíveis em: <<https://sjcdh.rs.gov.br/departamento-de-politicas-para-as-mulheres>>.

ser utilizados como dispositivos e mecanismos de produção simbólica Silva (2006). O autor situa três fases da sua construção: primitiva, industrial e pós-industrial ou virtual (SILVA, 2006). Com a possibilidade da difusão desses relatos virtualmente, utilizaremos a terceira fase para a análise experimental, ou seja, o período pós-industrial ou virtual.

Esses elementos virtuais representam o que o autor compreende como tecnologias limpas. “A internet representaria o definitivo retorno ao limpo, ao leve, ao não-poluente, ao jogo entre emissor e receptor que tinha sido falseado pela hegemonia do emissor”, explica Silva (2006, p. 68). Diferentemente das “tecnologias pesadas e poluentes do imaginário”, como o rádio, a cinema e a televisão, as tecnologias limpas não o afetam diretamente, ao contrário, fornecem pistas para a produção simbólica, contudo, não o adulteram, conforme comenta Silva (2006, p. 67). Assim, a internet também é compreendida como propulsora de imaginários.

Logo poderíamos admitir que nosso *corpus* se trata de um elemento central das TI, um emissor oculto que se comunica com outros olhares e, juntos, estabelecem uma conexão, ainda que não se relacionando diretamente. Esse possível encontro, em um contexto do imaginário, apenas é possível por meio do imaginário, ou seja, através das tecnologias do imaginário, aqui compreendida como a internet, esse local impalpável, real e produtor de sentidos.

4 Experimentando a ADI

Encontramos no *corpus* desta pesquisa elementos curiosos para transitar na Análise Discursiva de Imaginários. De acordo com o autor, “[...] a Análise Discursiva de Imaginários examina o conteúdo dos discursos” (2019, p. 96). Assim, a ADI propõe tratar o imaginário como discurso. E é dessa forma que abordaremos o método de análise, pois, como alerta Silva (2019, p. 37), “Se quiser ver o mundo em perspectiva, não faça sempre o mesmo caminho nem use sempre as mesmas lentes”.

Portanto, são os questionamentos criados a partir dos relatos, o resultado deste exercício metodológico, que discorrem através do discurso presente no objeto de análise.

Para ele, “esses discursos formalizados como expressões apresentam mensagens explícitas e formulações implícitas ou dissimuladas” (SILVA, 2019, p. 99).

O método da ADI, proposto por Silva (2019) sugere, primeiramente, elencar os tópicos emergentes (TE) presentes nos relatos, ou seja, “[...] essas pontas de *icebergs* que emergem do discurso como pistas dos imaginários encobertos” (p. 100). Assim, elencamos como TE o termo véu, para as primeiras impressões expostas nos discursos. A palavra foi escolhida por simbolizar aquilo que cobre e encobre.

Durand (2012) já explorava o símbolo véu no regime noturno da imagem. Gotardo (2021, p. 35) lembra que o autor constrói dois regimes para estruturar o imaginário: “diurno e noturno como metáforas para classificar e interpretar o imaginário social, que, por sua vez, constrói o mundo das representações simbólicas”. Nesse sentido, Durand (2012, p. 51) explica que “[...] desde o instante em que o real físico se torna véu

[...] o irreal ou o sobrerreal se desvendam e assumem estruturas explícitas possíveis de experimentação”.

Como segunda abordagem, percebemos que, desvelando esses tópicos emergentes, foi possível identificar outros discursos implícitos nos relatos. Para esses TE chamaremos luz. Resgatamos mais uma vez Durand (2012) para justificar o termo escolhido, já que o arquétipo da luz está presente no regime diurno proposto por ele. Para o autor, “[...] não há luz sem trevas enquanto o inverso não é verdadeiro” (DURAND, 2012, p. 68).

Assim, trabalharemos com dois tópicos emergentes, véu e luz respectivamente.

Quadro 16 – Tópicos emergentes

Véu
Luz

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O que o discurso encobre? Silva (2019) norteia essa metodologia com algumas pistas para desvelar o que está escondido. No entanto, o próprio autor explica que são termos intuitivos e interpretativos, por isso lembramos que esta análise se trata de um trabalho experimental. “Dialogar com um discurso requer determinação, investigação, imaginação, persistência e liberdade de provocação”, pontua Silva (2019, p. 104).

Portanto, todos os TE desta análise foram criados e classificados a partir do que se vê, se percebe e se legitima através de aportes teóricos, mas, acima de tudo, a partir da experiência enquanto pesquisadora, profissional e mulher⁶.

Os ciclos da análise foram reunidos em duas etapas, a partir do que sugere Silva. Na primeira etapa, denominada véu, nos perguntamos sobre o discurso.

Quadro 2 – Questões sugeridas pela ADI

Há referências escondidas? Quais?
Há intenções não explicitadas? Quais?
Há intenção de dissimular?
O discurso é propositivo, sugestivo ou normativo?

Fonte: SILVA (2019, 104).

Na segunda etapa, Silva (2019) propõe a análise do pesquisador. Neste trabalho, para melhor compreensão, denominaremos este momento TE luz.

Antes de partir para o descortinamento dos relatos, é importante ressaltar que “[...] a ADI recorre ao princípio hologramático pascalino

⁶ É importante pontuar que a pesquisadora desta análise trabalha na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul e possui grande aproximação com a discussão da violência de gênero. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado que discorre sobre isso.

moriniano: o exame da parte deve ser capaz de indicar ou sugerir o desvelamento do todo” (SILVA, 2019, p. 105). Nesse sentido, ele ressalta que: “[...] a célula está no organismo, que está na célula. Para que esse princípio faça sentido, cabe sustentar que as ciências humanas não são, acima de tudo, formuladoras de demonstrações, **mas muito mais articuladoras de tentativa sistemáticas de convencimento**”, explica Silva (2019, p. 105, grifo nosso).

A ADI desvelou questionamentos e perguntas que ficarão sem respostas. Não nos cabe responder. Não neste exercício. Aqui, a metodologia descreve questões para refletir a violência de gênero, o lugar da mulher, ou ainda, imaginários escondidos, conhecidos, perpetuados. Logo, será nesse sentido que a análise cativará seus respectivos leitores, já que “[...] o imaginador imagina o imaginado através dos imaginários dos imaginantes” (SILVA, 2006, p. 75).

Relato 1: “Ele sempre foi agressivo. Eu percebia, mas eu relevava, gostava dele. Foram várias idas e vindas, as agressões começaram leves, com chutes e empurrões, chegou um ponto que toda vez que discutíamos, ele me agredia, eu já não aguentava mais aquela situação, alguma coisa me prendia a ele. Foi quando numa briga resolvemos nos separar, ele tinha esperança de voltar, estava calmo e fazia tentativas de retomar o casamento, porém em uma noite saí com minhas amigas, quando cheguei em casa ele estava na porta. Começou a gritar e me ofender, eu ignorei e entrei pra dentro de casa, foi quando ele jogou gasolina ao redor da casa e tocou fogo, chamei a polícia e os bombeiros, foi horrível, ele foi preso em flagrante”.

TE véu: Na primeira etapa da ADI, que aqui denominamos véu, entendemos que há referências veladas, já que a mulher afirma ainda no início que percebia as violências, contudo relevava. As intenções não explicitadas são identificadas na resposta: *mas eu relevava*. Existe aqui uma lacuna difícil de ser respondida e interpretada, apenas pelo percurso metodológico, já que se trata da voz de apenas de uma das partes. Contudo, esse vácuo fomenta o imaginário de quem lê, já que estamos livres para interpretar. Quais situações caberiam neste espaço? Não podemos saber ao certo estas respostas, apenas elucidar sobre possíveis cenários, conforme explicamos se tratar de um exercício experimental. Há intenção de dissimular? Entendemos aqui que sim, há várias intenções de dissimular. Um desses exemplos beira o reconhecimento de que algo a prendia na relação. Contudo, não podemos responder quais seriam essas intenções. Por fim, classificamos o discurso como sugestivo, já que propõe diversas lacunas simbólicas para quem lê.

Vale lembrar que, resgatando os norteadores das TI, em sua fase primitiva, o imaginário se tratava das conexões e relações interpessoais, como lembra Silva (2006). Como, nesse caso, atuamos com o retorno do limpo, ou seja, as TI não poluentes, não somos porta-vozes do objeto, mas oferecemos esse espaço para dar voz, reproduzindo o discurso do objeto, neste caso, dos relatos.

TE luz: Na segunda etapa da ADI, luz, exercitamos a análise do pesquisador. Nesse sentido, percebemos cenários a serem explorados nesse relato 1. A mulher afirma, percebe e se reconhece na situação de violência. Contudo, percebemos sutilezas como o amor, a dependência

afetiva e o vínculo. Essas expressões são comuns em ciclos da violência identificados nas três fases: tensão, explosão e lua de mel. Mas o que é o ciclo da violência. Meneghel (2015, p. 61) explica que “o ciclo de violência é descrito como uma sequência de eventos associados a situações de agressão entre parceiros íntimos”.

Relato 2: “Moro aqui no centro e terça-feira passada, resolvi ir ao mercado. Eram umas 21h30min, sempre soube que o centro é perigoso, por isso saí só com o dinheiro das compras, quando estava voltando pra casa, um homem começou a mexer comigo, não dei bola e segui. Mas ele me seguiu, e quando estava passando pela pracinha ele me atacou com uma faca, rasgou meu vestido e me estuprou, foi horrível, lembro do cheiro do corpo dele e isso me dá náuseas, não consigo comer, nem beber nada, parece que minha vida não tem sentido, me sinto culpada por estar de vestido, por andar na rua à noite, sempre me avisaram que era perigoso e eu não dei ouvidos”.

TE véu: Há referências escondidas? As referências implícitas nesse relato apresentam traços da violência em outro contexto, no sentido da insegurança nas ruas. A mulher previne-se de sair com pertences, já que identifica o centro como local perigoso. Daí a compreensão sobre a violência social e urbana.

Há intenções não explicitadas? Nesse ponto, percebemos, através do exercício da ADI, que a figura do homem aparece em destaque, mesmo que implicitamente. Ele mexe com a mulher, que não responde, e então a violenta. Será a negação da vítima um fator estimulante ao homem? Podemos dizer que, ele, dentro da esfera da supremacia e da soberania masculina, se coloca, naquele momento, como um ser maior? São pistas que podem ser refletidas através desse percurso de análise. Como o homem se vê?

Há intenção de dissimular? Toda situação de violência dissimula elementos, seja por causa da vergonha, seja por causa do medo ou de outros elementos. Se, como diz Silva (2019, p. 105) “[...] o imaginário encoberto pelo discurso costuma se revelar como ideologia, subjetividade sufocada, emoções arquivadas”, aqui percebemos emoções explícitas, relatadas pela mulher, mas também emoções subjetivas e encobertas, como, por exemplo, a questão de gênero, já que a mulher precisa pensar em sua roupa antes de sair.

O discurso é propositivo, sugestivo ou normativo? Desvelado o discurso, percebemos o sentimento de culpa fortemente presente no relato e uma possível justificativa do estupro. Nesse sentido, o discurso sugere algo. Logo, classificamos esse relato como sugestivo.

TE luz: Análise do pesquisador. Uma das considerações nesse relato é perceber o sentimento de culpa da mulher. Strey (2015, p. 87) explica que “provavelmente desde que começaram a ter consciência sobre si mesmos, sobre os outros, sobre o mundo, a vida e a morte, os seres humanos começaram a se perguntar sobre a origem de seus males”. Nesse contexto, a culpa seria “o reconhecimento de algum tipo de mal cometido”. Mas que mal seria esse? o direito de ir e vir? O vestuário? A condição de mulher? Ao longo do tempo, a culpabilização das mulheres foi crescendo. “Qualquer falta sempre aparece pior, mais grave ou funesta se cometida por uma mulher”, destaca Strey (2015, p.

87). Logo, a culpa, e também a vergonha, possuem uma carga simbólica e estão enraizadas na construção social feminina.

O processo de sujeição das mulheres determina *a priori* o selo de vergonha e da culpa – separadas por um fio tênue – impresso da identidade feminina. Social e historicamente, as mulheres não são consideradas seres capazes de exercer poder e autonomia sobre si e sobre os outros, tampouco de participar do processo de acordos sociais e da elaboração dos princípios idealizados pela moral que rege o comportamento social, jurídico e legal (JARSCHEL, 2015, p. 367).

Se a ADI nos mostra, neste exercício, que o relato acusa a culpabilização da condição de mulher, as TI podem conceber diferentes conexões entre as pessoas que se aproximam do tema. Aqui o imaginário estabelecido se dá exclusivamente por meio das tecnologias do imaginário no meio virtual. Silva (2006, p. 93) diz que “[...] o imaginário é um hipertexto: uma inscrição não-autoral; o estudo/descrição de um imaginário, uma narrativa: uma forma provisória para um conteúdo mutante, um significante para um feixe de significados, uma reinscrição autoral no coletivo”. Assim, o imaginário presente no relato se dá quando alguém o lê, ou seja, no coletivo, na relação com o outro.

Outra significação identificada está relacionada à questão do estupro. Segundo o artigo 213 do Código Penal Brasileiro, estupro significa “[...] constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. A condição de mulher, neste relato, se relaciona com o tema do estupro, mas, coletivamente, possui outro peso, já que essas são situações comuns ao universo feminino, conforme apresentado em dados anteriormente.

Relato 3: “Estou apanhando desde que casamos. Sempre achei que isso fazia parte do casamento. Na nossa lua de mel, ele me machucou, mas dizia que me amava. O casamento sempre foi de brigas e agressões. Na última vez, ele me bateu tanto que desmaiei. Acordei com ele jogando um balde de água no meu rosto e por pouco não me afoguei. Resolvi denunciá-lo. Era a primeira vez. Fui na Polícia e pedi para que me acompanhassem para retirar as minhas coisas de casa. Eles me informaram que a Medida Protetiva tinha sido indeferida e que eles não poderiam me acompanhar para buscar meus pertences pessoais. Eu saí revoltada. Tenho certeza que ele vai me bater se eu for sozinha. Tenho atendimento com a “advogada da defensoria” só daqui a duas semanas. Como ficarei sem as minhas coisas até lá?”.

TE véu: Há referências escondidas no relato, especialmente quando a mulher afirma que entendia o casamento por determinada ótica. As intenções não explicitadas se percebem por meio de questionamentos do leitor? Por que continuar em uma relação assim? Por que não denunciar já na primeira agressão? Julgamentos. Mas na ADI, utilizam-se questionamentos para descobrir o que há encoberto. Há intenção sugeridas no relato: de medo, *tenho certeza que ele vai me bater se eu for sozinha*; de ajuda, *como ficarei sem as minhas coisas até lá*; de confissão, *estou apanhando desde que casamos*.

Há intenção de dissimular? Algumas etapas não foram possíveis apenas com o exercício da ADI. Logo, não é possível identificar a

dissimulação no relato por meio da ADI. Seria necessário mais que leitura e intuição.

O discurso é propositivo, sugestivo ou normativo? Pela ADI, neste trabalho, classificamos o terceiro relato como propositivo, já que propôs uma solução, *fui na Polícia e pedi para que me acompanhassem para retirar as minhas coisas de casa*. Expõe, nesse sentido, uma forma de resolução, que se trata da medida protetiva.

TE luz: Análise do pesquisador. O terceiro relato demonstra também uma situação corriqueira na esfera da violência doméstica, já abordada no relato 1. É possível ainda sugerir interpretações, a partir da aplicação da ADI, nesse relato. Se, como a mulher confessa que apanha desde o início do casamento e entendia que essa situação fazia parte do cotidiano do matrimônio, que imaginário ela teria do casamento? E qual o imaginário de seu papel enquanto esposa? Aguiar (2015, p. 270) comenta que “[...] a esposa do patriarca exerce algum poder sobre a família, mas a autoridade suprema é a do chefe”. Contudo, não temos ferramentas para responder com afinco e objetividade. Apenas para refletir e debater sobre essas questões.

Outro ponto importante é confirmado através do relato: “A principal característica das violências cometidas contra as mulheres e que as diferencia das violências que vitimam os homens é o vínculo afetivo ou de parentesco entre a vítima e seu algoz”, explica Carneiro (2020, p. 21). Essa interpretação pensada ao olhar da comunicação na perspectiva metodológica do imaginário, tanto ADI e as TI, vai além da investigação, pois promove o objeto analisado ao lugar de fala. Aqui, relatos que não apenas contam, mas sugerem ao leitor debates e reflexões.

Relato 4: “Estávamos juntos há mais ou menos três meses, mas não era um namoro. Aí eu acabei engravidando, ele pediu para que eu fizesse o aborto, mas decidi ter o bebê. Ele resolveu dar uma chance para nós, e fomos morar juntos, mas, desde o início, ele me agredia com palavras, era desrespeitoso, falava coisas nojentas, falava de outras mulheres, que eram melhores que eu. Eu estava grávida quando ele me deu o primeiro chute, fiquei muito triste, não imaginava que ele poderia fazer esse tipo de coisa. Após o nascimento do nosso filho, veio o primeiro empurrão, o primeiro tapa e por aí não parou, aliás só aumentou o nível das agressões. Eu não contei isso pra ninguém, porque tenho vergonha, mas a última vez o meu filho mais velho estava lá e presenciou, quero me livrar desse casamento e não sei como”.

TE véu: A voz do homem aparece em diversas instâncias do relato, mesmo que quem fale seja a mulher. Nesse sentido: Quais as referências escondidas? *Aí eu acabei engravidando; ele pediu para que eu fizesse o aborto; Ele resolveu dar uma chance para nós; ele me agredia*. Ele, presente em diversas manifestações do relato. Quais intenções o relato esconde? Da perspectiva do homem: posse? poder? domínio? Da perspectiva da mulher: fuga? Dependência afetiva? Amor? E se há intenções escondidas, há intenção de dissimular? Este exercício da ADI sugere vários campos de análise, mas que, para suas respostas, seriam necessárias outras ferramentas além da contemplação ao objeto empírico.

O discurso é propositivo, sugestivo ou normativo? Aqui, como sugerem intenções e referências, classificamos, pela ADI, como discurso sugestivo, pois nutre o imaginário do leitor com sua própria intuição.

TE luz: Análise do pesquisador. O quarto relato apresenta alguns tópicos emergentes, como classifica Silva (2019), ao longo da formulação da ADI. Inicialmente, a voz do homem, identificada no TE véu, presente no relato, é confirmada nas expressões: *ele pediu para que eu fizesse o aborto; Ele resolveu dar uma chance para nós; ele me agredia*. Desvelamos, pelo relato, o homem em situação de poder.

Mais adiante, a ação da gravidez estaria, única e exclusivamente, relacionada à condição de ser mulher: *Aí eu acabei engravidando*. Ora, ainda que a gravidez esteja relacionada à condição da fêmea, a responsabilidade e a consequência são termos que se relacionam com os dois gêneros, não somente à mulher. Pelo exercício de análise, de interpretar além do discurso, Silva (2006) comenta que as Tecnologias do Imaginário possibilitaram a investigação. Que outras conclusões são possíveis a partir desse relato, pela ótica das TI? “Nos sistemas patriarcais, as mulheres são obrigadas a manter relações conjugais, mesmo contra a própria vontade, no âmbito do casamento”, comenta Aguiar (2015, p. 271). Qual o imaginário do patriarcado nesse relato? De poder, do chefe de família? Como essa situação se reproduz na figura do filho? Os desvelamentos propostos pela ADI, nesse sentido, são questionamentos sobre a violência contra a mulher, que beiram o assunto, e não o assunto propriamente dito.

Relato 5: “Eu não sei o que fazer, estou casada há 11 anos, meu esposo é muito agressivo, ele nunca me bateu, mas ele quebra as coisas dentro de casa, grita, me desrespeita e me desautoriza na frente de nosso filho de 10 anos. Tenho percebido que meu filho está ficando muito parecido com o pai. Eu que compro as coisas de dentro de casa, ele não me ajuda e ainda quebra tudo, já não temos mais copos, ele quebra as portas e tudo que vê pela frente, é uma coisa horrível de se ver”.

TE véu: Podemos, a partir da ADI, dizer que as referências escondidas, nesse quinto relato, se dá pela submissão da mulher? Aqui, sua dependência fica clara a partir do discurso. Que dependências seriam? Por que a mulher insiste no casamento? Qual o peso simbólico que a sociedade impõe sobre ele? Que intenções o relato sugere? De que a mulher fala quando diz: *Eu não sei o que fazer*. Existe aqui o imaginário da culpa? Por que o homem se coloca no pedestal da relação? O relato dissimula? Se, como explica Saffioti (2001, p. 10), “[...] rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas”, por que um deles entendeu, em algum momento da história, ser o maioral? A autora também diz que “[...] é através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres”, (2001, p. 10), portanto, estaria na sociedade, no imaginário do homem e da mulher, o campo fértil para entender a desigualdade de gênero? Que condições as TI podem oferecer para gerar esse debate? Aqui, neste relato, no encontro possível com o leitor, ou seja, no campo do imaginário, transcreve soluções empíricas. O discurso, portanto, é sugestivo, já que se instala como um convite para reflexão sobre o tema.

TE luz: Análise do pesquisador: Após discorrer sobre o tópico emergente véu, pensamos sobre o que vem à luz neste relato. As TI

promovem essa relação com o objeto. O contato entre o relatado, a interpretação e a intuição, que só é possível por meio do imaginário. “Analisar o cálice, não o vinho. Considerar a mediação, não a mensagem”, lembra Silva (2006, p. 47). Portanto, nosso papel enquanto pesquisador acadêmico se dá em permitir, e abrir, esse caminho *imaginal* ao *corpus* analisado. A mulher, que percebe aos poucos a situação de violência, mas que não consegue se livrar dela. A reprodução através da figura do homem. Contudo, vale lembrar, apenas pela voz da mulher, já que o exercício se dá apenas com aquilo que se vê.

O movimento de divulgação do objeto empírico utilizado neste trabalho só foi possível por meio da *internet*, compreendida aqui como um instrumento das tecnologias do imaginário (SILVA, 2006), que comunicam, revelam e podem ser utilizadas como forma de enfrentamento à violência.

Por fim, após analisar os cinco relatos, quais os resultados encontrados em todo o trajeto? Questionamentos e interpretações sustentados por dois caminhos metodológicos: A Análise Discursiva de Imaginários e as Tecnologias do Imaginário. Um exercício experimental que proporcionou interpretar e analisar um objeto empírico e não palpável. Nesse contexto, percebemos o imaginário como um rio de significações metodológicas. Não para encontrar respostas, mas para fazer perguntas e provocar barulho e desconforto.

Enquanto a ADI mostrava um caminho alternativo ao olhar, as TI firmavam a sua sustentação, pois, como diz Silva (2006, p. 94) “[...] cada época produz, entre tantos imaginários, um espírito do tempo”. Portanto, qual o espírito do nosso tempo que não esse universo tecnológico em que estamos submersos e que por ele legitimamos causas e efeitos?

Foi por isso que nosso objetivo em analisar a violência de gênero, no sentido metodológico do imaginário, funcionou, na medida em que o conteúdo do objeto desvelou interpretações e provocou o leitor. Se, pelo *corpus* escolhido ou pelas metodologias aplicadas, encontramos a dificuldade em mostrar apontamentos concretos, nos sentimos confortáveis em dar luz a caminhos e ideias. Encontramos, nesse percurso metodológico, facilidade em demonstrar as nossas próprias intuições.

O *corpus*, nesse sentido, se provou um alvo complexo, já que, muitas vezes, nos utilizamos da nossa própria intuição. Contudo, notamos meios que desvelam esses imaginários enraizados na sociedade, a partir do cotidiano do nosso objeto, ou seja, desses curtos relatos, que, em poucas frases, demonstraram um sistema predominante na sociedade atual.

Considerações finais

Chegamos, caro leitor, ao fim deste exercício experimental. Deixamo-nos cativar por caminhos facultativos para encontrar diferentes resultados. Aplicamos o imaginário enquanto metodologia, tarefa esta não tão comum na perspectiva da comunicação, mas que mostraram, juntas, a potência desse olhar.

Transitamos um caminho desbravado através de um *corpus* que fala: relatos que contam a história de muitas Marias e Clarices que

passam pelas mesmas situações. Contudo, esses discursos disponíveis virtualmente promovem um encontro no espaço *imaginal*, em um nível exclusivo para quem lê. Campo empírico e impalpável. Sem contato direto, sim. Sem influência ou significação, não. Um experimento que possibilitou uma relação direta com o objeto, mesmo que indiretamente. Tudo pelo canal do imaginário que sintonizamos tecnologicamente.

Este exercício propiciou experimentar, de fato, o imaginário enquanto excedente do significado. E com a ajuda de suas tecnologias, pensar nestes instrumentos do nosso tempo.

Em suma, trabalhar com essas metodologias requer observar o que se encontra velado, descortinando possibilidades e abrindo caminhos. Assim é o imaginário: esse conceito que possibilita criar um mundo de interpretações para compreendermos a nossa sociedade e, quiçá, nós mesmos. Imaginários que comunicam, que falam, que gritam e que choram. Imaginários que podem sangrar.

Referências

- AGUIAR, Neuma Figueiredo de. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CARNEIRO, Isabel. Fundação Demócrito Rocha. **Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher**: o processo de debate e a construção dos direitos. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2020.
- BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802008000200006>. Acesso em: 15 set. 2021.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: Introdução à arquetipologia geral. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- GOTARDO, Suelen. **A divulgação de espetáculos teatrais na pós-modernidade**: as estratégias de comunicação na produção cultural das artes cênicas. 2021. 296 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9554>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- JARSCHER, Haidi. Vergonha da violência. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz. FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MATOS, Marlise. Construção social de gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

- MENEGHEL, Stela N. Ciclo da violência. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, 1999
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- _____. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 2001.
- SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- _____. **Diferença e descobrimento – o que é o imaginário: A Hipótese do Excedente de Significação.** Porto Alegre: Sulina, 2017.
- _____. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES.** 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.
- STREY, Marlene Neves. Culpa – Culpabilização. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, S. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. In: **Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível.**(org.). Experimentos com História de Vida. São Paulo: Vértice, 1988.

Artigo enviado em: 03/10/2021. Aprovado em: 25/11/2021.